SOFALA E MANICA

CNDH apela ao reforço da intervenção das FDS

Notícias; Política; 01.05.2020; Pág. 08; ed. 30.974

A COMISSÃO Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) apela às Forças de Defesa e Segurança (FDS) a reforçarem a sua capacidade de intervenção nas províncias de Sofala e Manica, com vista à reposição da ordem, segurança e tranquilidade públicas. A CNDH considera que os ataques protagonizados por homens armados concorrem para a violação dos direitos humanos. Segundo a comissão, a crescente onda de ataques na zona Centro do país culmina com a violação sistemática dos direitos humanos.

Apela ao Governo e outras forças políticas nacionais a identificar possíveis canais que conduzem a um diálogo para paz, incluindo o reforço da participação da comunidade.

O apelo é extensivo à Procuradoria-Geral da República e ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) para que investiguem e garantam que sejam aplicadas as medidas de responsabilização contra os infractores.

Obra dos homens armados na região Centro do país

Numa nota enviada à Redacção do "Notícias", a Comissão Nacional dos Direitos Humanos refere que tem acompanhado o escalar do conflito militar no Centro do país, nas províncias de Sofala e Manica, mesmo depois da celebração do Acordo de Cessação de Hostilidades, a 1 de Agosto de 2019.

Sublinha que a situação de instabilidade no Centro do país tem culminado com a violação sistemática de direitos humanos, causando danos para o país, como mortes de civis indefesos, perda de bens, perturbação da ordem pública, deslocados e migração para zonas aparentemente seguras e impedimento à livre circulação de pessoas e bens e comércio.

Do ponto de vista dos direitos humanos, segundo a fonte, os ataques armados põem em causa vários direitos, como o direito à vida, integridade física, à segurança e o direito à livre circulação de bens e pessoas, direitos esses previstos na Constituição da República, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, entre outros instrumentos em vigor no território moçambicano.

Diante desta realidade, a CNDH apela à população a colaborar na identificação dos infractores para a busca de possíveis soluções para a paz e tranquilidade.

"A CNDH solidariza-se com todas as pessoas que sofrem directa ou indirectamente com os ataques armados. Da mesma forma, condena veementemente a acção dos autores materiais e morais destes actos", lê-se no documento.